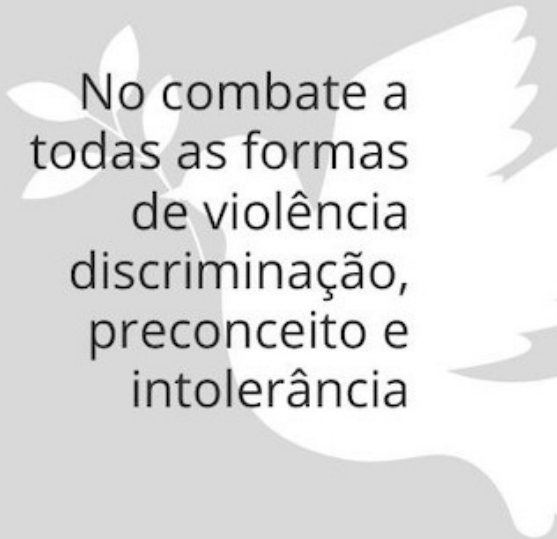


MOVIMENTO HUMANIZA SANTA CATARINA



No combate a
todas as formas
de violência
discriminação,
preconceito e
intolerância

Para lembrar o Dia Internacional da Declaração Universal dos Direitos Humanos MANIFESTO DO MOVIMENTO HUMANIZA SANTA CATARINA

A Declaração Universal de Direitos Humanos completou 74 anos no dia 10 de dezembro de 2022. Elaborada em 1948, ela marca um momento histórico como resposta aos crimes e atrocidades que ceifaram a vida de 50 milhões de pessoas durante a Segunda Grande Guerra. Foi idealizada a partir do conceito de que **“a efetiva proteção dos direitos humanos era condição essencial para a paz mundial e para o progresso da humanidade”**, na tentativa de deixar para o passado os genocídios, extermínios por razões étnicas, religiosas, políticas e culturais, decorrentes das ideologias fascista e nazista que tomaram conta do cenário à época.

Mas parece que não aprendemos com os muitos erros que tristemente a história registra, principalmente quando nos deparamos com manifestações de cunho nazista em Santa Catarina e quando se libera e se incentiva o uso de armas de fogo em uma sociedade dividida pelo discurso do ódio, alimentada por ideologias de intolerância contra as minorias, às mulheres e os mais pobres. O resultado é o aumento de crimes, atrocidades e violência.

O mundo enfrentou muitas outras atrocidades e crimes bárbaros na segunda metade do século XX e nestas primeiras décadas do século XXI. Mas **a permanência da fome, que hoje assola mais de um bilhão de pessoas no planeta, mostra que a desigualdade e falta de direitos são a face mais cruel do modelo econômico em curso**, que destrói as riquezas da pachamama, colocando-a em risco, fruto da ganância e exploração, para o benefício de poucos.

O Brasil sofreu um grande retrocesso nos últimos anos, com o golpe que retirou Dilma Rousseff da presidência e a adoção de políticas contrárias aos direitos humanos. Todos os eixos concebidos do PNHD3 - o Plano Nacional de Direitos Humanos 3 - foram afetados, comprometendo suas diretrizes e objetivos estratégicos.

Enfrentamos a degradação do meio ambiente, genocídio de populações originárias, prejuízo nas áreas de educação e saúde, aumento das desigualdades sociais, com milhões de pessoas voltando a linha da miséria, ao trabalho infantil e ao trabalho análogo à escravidão.

Os direitos previdenciários e laborais também foram alvos de ataque, assim como o direito à memória e reparação aos anistiados. Além disso, vemos o abandono do combate às desigualdades estruturais e de políticas de garantia de equidade e incentivo à diversidade.

As arbitrariedades citadas acima, de maneira exemplificativa, são apenas para destacar que todos os segmentos do PNDH3 foram sabotados. E foram com a finalidade de desempoderar e invisibilizar pessoas, cidadãos e cidadãs cujo direito a uma vida digna de ser vivida deve, não apenas ser reconhecido, mas sim garantido.

Foram ações de sabotagem decorrentes de um governo de ultradireita que comprometeu a qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras. Que deixou a população à sua própria sorte durante a pandemia.

O impeachment contra a presidenta Dilma, sem qualquer crime de responsabilidade, foi um golpe contra a democracia, marcado por manifestações misóginas, que desonraram não só a presidenta, mas todas as brasileiras. Desde então, só cresceu a vulnerabilidade das mulheres e dos segmentos LGBTQI+, que viram retroceder a passos largos os avanços que haviam conquistado. O aumento da violência e do número de feminicídios são provas e o resultado desta política seletiva.

Esta sociedade patriarcal não aceita a independência das mulheres, tentando subjugar-las, inferiorizá-las, comprometendo a sua saúde física e mental, a convivência social e a oportunidade de seu desenvolvimento intelectual e financeiro.

Constata-se que o Estado de Santa Catarina não é uma exceção. E temos tristes exemplos para apresentar, que trazem à tona uma realidade diária, doméstica, tão descarada que brota no seio das nossas próprias instituições. Prova disso são os fatos recentes cometidos contra vereadoras catarinenses.

Vejamos:

- A vereadora Ana Lúcia Martins, do PT de Joinville, sofreu discriminação e assédio por ser negra, com ameaças e ofensas racistas e fascistas contra sua integridade física logo após a sua eleição, em 2020;
- O pedido de cassação do mandato da vereadora Marlina Oliveira, do PT de Brusque, em março de 2022. Trata-se de uma tentativa explícita de silenciar e intimidar a atuação da vereadora petista no combate à corrupção na cidade;
- O pedido de cassação da vereadora Maria Tereza Capra, do PT de São Miguel do Oeste, em novembro de 2022, que ao mencionar imagens de “saudação nazista” que ocorreram naquela cidade, passou a ser assediada e acuada, estando afastada para tratamento de saúde, resultado da perseguição que vem sofrendo;
- A vereadora Giovana Vito Mondardo, do PCdoB de Criciúma, também acossada por retransmitir os fatos que ocorreram em São Miguel do Oeste em novembro de 2022;
- E o recente caso envolvendo a vereadora Carla Ayres, do PT de Florianópolis, no dia 7 de dezembro, que foi assediada pelo vereador Marquinho Silva (PSC), que “agarrou o braço da vereadora, depois levantou-se de sua cadeira, sem soltá-la, e a abraça por trás, sem consentimento desta, e ainda tenta beijá-la”, deixando-a constrangida e indignada, enquanto o autor ria do acontecido.

É fundamental construirmos uma sociedade justa e igualitária, garantindo que seja erradicado qualquer tipo de violência, especialmente contra a mulher, independentemente de sua classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade, religião ou orientação política.

A efetivação da utopia/promessa contida na Declaração Universal de Direitos Humanos passa pela implementação dos objetivos e eixos concebidos no PNDH3, garantindo assim a dignidade humana.

Movimento Humaniza SC